

Orçamentos Participativos e o recurso a tecnologias de informação e comunicação: Uma relação virtuosa?

Participatory Budgeting and Information and Communication Technologies: A Virtuous Relation?

Budgets participatifs et le recours à des technologies d'information et de communication : une relation vertueuse ?

Eleonora Schettini M. Cunha, Giovanni Allegretti and Marisa Matias



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/4194>

DOI: 10.4000/rccs.4194

ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 décembre 2010

Number of pages: 169-188

ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Eleonora Schettini M. Cunha, Giovanni Allegretti e Marisa Matias, « Orçamentos Participativos e o recurso a tecnologias de informação e comunicação: Uma relação virtuosa? », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 91 | 2010, colocado online no dia 16 Outubro 2012, criado a 04 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/4194> ; DOI : 10.4000/rccs.4194

The text is a facsimile of the print edition.



ELEONORA S. M. CUNHA
GIOVANNI ALLEGRETTI
MARISA MATIAS

Orçamentos Participativos e o recurso a tecnologias de informação e comunicação: Uma relação virtuosa?*

Este texto discute o modo como o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no âmbito dos Orçamentos Participativos pode ou não promover formas de cidadania e democracia mais participativas. A questão é explorada com base em alguns exemplos de diversos países, que mostram a forma como a utilização das TIC é enquadrada pelas instituições. O recurso às novas tecnologias em processos participativos e de decisão política assume configurações muito diferenciadas, podendo tratar-se de uma inclusão limitada – servindo como instrumentos de informação ou, quando muito, de apoio à fiscalização ou ao debate – ou, em certos casos, de um uso mais avançado das potencialidades daí decorrentes, servindo de apoio aos próprios processos de decisão política. Os casos apresentados ao longo do texto representam as diferentes configurações existentes quer no âmbito de uma utilização “subordinada”, quer de uma utilização “coordenada” das TIC em processos democráticos.

Palavras-chave: ação política; Orçamento Participativo (OP); processos participativos; tecnologias de informação e comunicação (TIC).

1. Introdução

Na segunda metade do século XX, a consolidação da democracia como regime político nas sociedades ocidentais tem sido acompanhada, de maneira crescente, por outras práticas democráticas. Destas, muitas visam reverter processos de gradual separação entre política e cidadãos, abrindo espaços

* Este texto consiste numa versão adaptada e reduzida de uma comunicação apresentada no colóquio “Changing politics through digital networks: The role of ICTs in the formation of new social and political actors and actions”, Florença, 5-6 de Outubro de 2007. Um agradecimento especial a Claudino Ferreira (que nos propiciou ideias de revisão do texto) assim como a Boaventura de Sousa Santos, João Arriscado Nunes, Ana Raquel Matos e Daniel Neves, do Centro de Estudos Sociais, que conosco têm partilhado o gosto de estudar os processos de OP e cujo trabalho nos tem inspirado.

para a democracia directa ou apostando numa combinação entre esta e o funcionamento das instituições representativas que – através de um apoio mútuo – reforce ambas face ao predomínio do mercado, que afecta igualmente a maioria das decisões da vida pública. Com os mecanismos criados tem-se procurado responder adequadamente às crises de governação, que se traduzem em crise das estratégias de confiança e de legitimidade do Estado. É neste contexto que se têm vindo a desenvolver inúmeras formas de experimentação democrática ou “tecnologias de participação” (Nunes, 2006). Estas novas formas de protagonismo dos cidadãos, associadas a projectos tradicionalmente conduzidos a partir do Estado – que num dado período histórico se assumiu como Estado-Providência nos países do Norte e como Estado desenvolvimentista nos países do Sul – tiveram como consequência a abertura a experiências de intervenção e organização dos cidadãos “apoiadas na mobilização de saberes práticos e na construção de um conhecimento guiado pela prudência e pela atenção às consequências da acção” (*idem*).

Entretanto, o desenvolvimento e a diversificação das TIC levaram à expansão da chamada “sociedade da informação”, colocando uma série de novas questões e desafios à política, desde a formação de novos grupos de identidade e de interesses a novas formas de acção política associadas a diversos actores sociais e políticos.

A possibilidade de associar o aprofundamento da democracia ao desenvolvimento de novas tecnologias levou (em situações extremas) à criação do paradigma da democracia electrónica (*e-democracy*),¹ cuja ontologia se poderá considerar apenas aparente (Addison e Heshmati, 2003; Horrocks e Prachett, s.d.), na medida que os seus desenhos são influenciados pelas diferentes concepções de democracia, não se constituindo numa outra forma ontologicamente diferente de paradigma democrático.

O debate sobre os efeitos e as potencialidades desta associação tem-se relacionado com dois grandes conjuntos de expectativas. Por um lado, as expectativas positivas que decorrem do potencial que a inter-relação entre democracia e TIC evidencia para a distribuição do poder, por meio da

¹ A democracia electrónica é entendida pelos autores deste artigo como o conjunto dos processos democráticos que propiciam a participação cidadã por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação em questões fundamentais relativas à natureza da governação, aos processos decisórios que ocorrem no interior do Estado e à relação deste com os cidadãos. Difere do conceito de governo electrónico (*e-government*), que diz respeito ao uso, pelos governos, de tecnologias de informação e comunicação como parte do esforço de modernização e racionalização da prestação de serviços públicos aos utentes, melhorando a qualidade dos serviços, reduzindo custos e prestando serviços que não podem ser realizados com base no modelo tradicional (Bannister e Walsh, 2002; Ring e Walden, 2003; Deiber, 2003; Graft e Svensson, 2006). O que ambos os conceitos têm em comum é a valorização de processos de disponibilização de informação aos membros da comunidade.

ampliação da participação democrática numa espécie de “esfera pública virtual”, bem como a possibilidade de aumentar a transparência dos governos e seu controlo por parte dos cidadãos. Por outro lado, as crescentes expectativas negativas que decorrem da constatação de que, muitas vezes, ao invés de contribuir para a redistribuição, a *e-democracy* favorece uma concentração de poder em poucas instituições, revigorando o predomínio do mercado ou a centralidade do Estado, em detrimento dos demais actores do sistema político e da sociedade (Hacker e Djik, 2000).

Partindo das contradições que emergem em algumas experiências inovadoras que relacionam democracia representativa e democracia participativa, o presente texto tem como principal objectivo analisar alguns aspectos desta relação ambivalente, num momento em que a essas relações se somam os desafios gerados pela ampliação dos meios de comunicação e pela criação de novos espaços possíveis de participação política que vão além dos processos ‘formais’ tradicionais. Mais especificamente, centrar-nos-emos numa forma inovadora de construção das novas relações entre democracia representativa, democracia participativa e novas tecnologias que tem vindo a adquirir destaque e estatuto próprio no âmbito das experimentações institucionais: o Orçamento Participativo (OP). A escolha deriva do facto de os OPs serem hoje um instrumento que desperta um interesse crescente (especialmente numa altura de crise económica que afecta muitas democracias do planeta), mas também de terem um carácter de “*dispositivo* técnico claro e reconhecível” por se relacionarem com um instrumento de alta complexidade técnica como as peças orçamentais e as grandes opções do plano ali contidas.

Sendo as relações entre Estado e sociedade civil tendencialmente caracterizadas pelo princípio da “dupla delegação” (Callon *et al.*, 2001) – que se traduz numa separação entre especialistas e leigos e entre representação e participação –, as experiências de OP são um claro exemplo de como a existência de uma forte mobilização social e a convergência entre projectos políticos associados ao Estado e à sociedade civil (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006) permitem pensar processos democráticos que articulam representação e participação e, ao mesmo tempo, criam espaços para a capacitação e envolvimento de cidadãos em domínios tradicionalmente considerados como “reserva de peritos”.

Neste texto procuramos situar, sucintamente, as experiências de OP no panorama dos debates sobre o aprofundamento da democracia e mais especificamente sobre a associação entre democracia, tecnologia e participação. Recorrendo a exemplos, procuramos descrever a experiência de aprofundamento gradual das relações entre OP e o uso de TIC, oferecendo elementos concretos de um modelo de gramática relacional que tende a “subordinar”

o uso da tecnologia à construção de novas arenas de deliberação pública centradas na co-presença física dos diferentes actores envolvidos. Por fim, procuramos deixar algumas reflexões e desafios para a reformulação da inter-relação entre novas tecnologias e experiências ampliadas de participação popular na construção das políticas públicas de transformação e gestão do território.

2. Democracia, participação e o recurso a novas tecnologias no contexto dos Orçamentos Participativos

Colocar univocamente os OPs – enquanto instrumentos de inovação política – no âmbito dos seis modelos de democracia propostos por Held (2006) é hoje uma operação mais difícil do que teria sido no início dos anos 1990, quando as primeiras experiências tomaram corpo no Brasil, numa moldura de forte tensão associada à democratização dos poderes locais e centrada no envolvimento dos cidadãos nas decisões públicas e na ideia da contribuição construtiva do “local” na reformulação das estratégias nacionais e globais. A classificação de Held inclui uma construção de “modelos tipo” de democracia, definidos como “legalista, competitivo, pluralista, participativo, libertário e plebiscitário”, podendo os três últimos ser enquadrados no que Santos e Avritzer (2002) denominam de “democracias de alta intensidade”. Especialmente após o “retorno das caravelas” (Allegretti e Herzberg, 2004), ou seja, a fase de massificação das experiências de OP (Cabannes, 2004) – que levou o exemplo sul-americano a expandir-se em mais de 1600 cidades do subcontinente americano, em algumas cidades de África e da Ásia e em algumas centenas de municípios da Europa (Sintomer, Herzberg e Allegretti, 2010) –, a inclusão unívoca do OP num destes tipos torna-se ainda mais arriscada, embora seja claro que, na maioria dos casos, o OP tende a encaixar-se em concepções democráticas “de alta intensidade”.

Isso deve-se ao facto de os OPs constituírem um centro de articulação cada vez mais fundamental para outras experiências de participação, mas não deterem nenhum monopólio no plano das possibilidades de experimentar processos inovadores de participação dos cidadãos nas escolhas públicas. Pelo contrário, tendem a contaminar-se e a fundir-se com outras experiências, diluindo as próprias características iniciais, adoptando diferentes técnicas consolidadas e afirmando-se, assim, no imaginário como meta-modelos adaptáveis a diferentes concepções de democracia que configuram práticas variadas (Bobbio, 2006; Allegretti e Secchi, 2007; Chavez, 2007). A variedade dos horizontes políticos de referência, assim como os objectivos gerais e específicos que sustentam muitas práticas de OP, faz-se sentir de forma particularmente clara na Europa, como foi demonstrado por Sintomer,

Herzberg e Röcke (2005) e Sintomer e Allegretti (2009), evidenciando, no plano da motivação, novos “modelos tipo” para a adopção do OP que se relacionam com formas de neocorporativismo ou perseguem objectivos de construção de “democracia participativa”, de “modernização participativa da máquina administrativa pública”, ou simplesmente de “democracia de proximidade” ou “desenvolvimento comunitário”.

Acrescentar uma nova variável (como a relação entre processos participativos e TIC) a essa diversidade de usos e de desenhos dos OPs dentro das diferentes concepções da “grande democracia” (utilizando a definição muito usada na Europa escandinava), poderia – teoricamente – complicar a modelização destes processos. Porém, a experiência diz-nos que, em muitos casos, o uso das TIC não determina novas configurações híbridas do OP, mas tende a reforçar a linha interpretativa principal de cada experiência.

Nessa óptica, vale a pena referir o estudo de Hacker e Djik (2000), para quem as principais metas democráticas a ser alcançadas com o apoio das TIC podem relacionar-se com os seis modelos de democracia propostos por Held, assim como os objectivos e as estratégias para seu uso. Para os autores, a “democracia legalista” admite o uso das TIC como meio de fornecer mais e melhor informação a governos, administradores, representantes e cidadãos, visando a eficácia e a eficiência, bem como maior transparência do sistema político. O uso de TIC na perspectiva da “democracia competitiva” visaria fortalecer a posição dos governos, políticos e administradores (como nos processos de campanha eleitoral). Em modelos de “democracia pluralista” o objectivo principal parece ser o de favorecer aplicações que reforcem a informação e a comunicação no interior das organizações da sociedade civil e entre elas. As experiências de OP parecem bem representadas na perspectiva de uso das TIC em modelos de “democracia participativa” proposta por Hacker e Djik. Aqui, as TIC deveriam ser usadas principalmente para formar e activar todos os cidadãos, através de processos de formação da opinião colectiva em discussões e contextos educacionais, como campanhas de informação computadorizadas, sistemas de informação pública de massas, provisão e facilitação de acesso aos utilizadores, discussões electrónicas para formação de opinião, aprendizagem e participação activa.

A concepção “libertária” de democracia incrementaria as comunidades virtuais e a comunicação horizontal em redes criadas colectivamente e, para isso, os cidadãos teriam de estar bem informados por sistemas avançados e livres, que lhes dessem condições para opinar e votar. Por fim, no “modelo plebiscitário” de democracia, as TIC deveriam ser percebidas como canais de comunicação que amplificam as vozes dos cidadãos, rompendo as barreiras à democracia directa em sociedades complexas.

Nesta proposta de leitura parece claro que há uma intensidade crescente no uso democratizante das TIC por parte dos diferentes horizontes democráticos (também estes descritos com crescente intensidade), configurando algo simétrico à “escada da participação” desenhada por Sherry Arnstein (1969). Nesta, alguns degraus (como o relativo à centralidade da informação) configuram-se menos como situações isoladas (ou modelos em si) e mais como pré-condições integrantes de cada um dos outros níveis de conteúdo participativo.

Parece coerente que – para além da identificação dos objectivos e estratégias de uso das TIC na sua relação com modelos de democracia – Hacker e Djik (2000) proponham também dois conjuntos de conceitos que contêm uma dimensão de avaliação da relação entre poder e actores sociais, úteis na análise política do uso das tecnologias. O primeiro trata dos padrões de “tráfego da informação”, tentando evidenciar quem detém o poder da informação. Assim, fala-se de “alocução” se há um actor central que disponibiliza informações para diversas unidades; de “consulta” se há um actor central que abre os sistemas de informação à consulta pública; de “registro” se há um actor central que colige informações; ou, finalmente, de “conversação” se há troca de informação entre diferentes tipos de actores. O segundo conjunto diz respeito ao nível de interactividade da comunicação. Hacker e Djik falam da importância de individualizar a “dimensão espacial” (existência de comunicação de mão dupla, acção e reacção), a “dimensão temporal” (comunicação sincrónica), a “dimensão de acção” (grau de controlo da comunicação pelos actores envolvidos e possibilidade da troca de papéis conforme o tempo e o conteúdo da comunicação) e a “dimensão mental” (que diz respeito à inteligibilidade dos contextos e à compreensão partilhada). Este último parece ser o único nível que combina de maneira simétrica a interacção face a face com o uso de TIC.

Até hoje, a maioria dos OPs (também em países como a Suécia, onde o elevado grau de penetração da banda larga poderia fazer optar por hipóteses mais centradas no uso das tecnologias) tende a privilegiar os espaços de encontro directo entre os habitantes e entre estes e os representantes (políticos e técnicos) da esfera institucional. Isto deve-se a vários motivos, sendo o primeiro o receio de que a distância entre os cidadãos e um tema aparentemente “frio e tecnocrático” possa ser aumentada pelo uso de tecnologias electrónicas. Assim, o *cenário* geral dos OPs no mundo tem privilegiado a construção de espaços de encontro presenciais, com o objectivo de reforçar os laços sociais e as relações interrompidas ou dificultadas entre administradores e habitantes. Tais espaços “quentes” têm-se mostrado extremamente positivos na esfera da construção de uma pedagogia social (Schmidt, 2000)

e de uma solidariedade negociada (Abers, 2000), também nos casos em que os resultados concretos não têm sido tão diferentes daqueles que poderiam ser proporcionados pelo tradicional exercício do poder delegado por parte de administradores competentes (Ravazzi, 2007).

Neste quadro geral, a “gramática” das relações entre OP e TIC tem privilegiado uma posição “subordinada” das tecnologias, face à possibilidade de gastar energia e recursos (humanos e económicos) na activação de métodos “quentes” de interacção entre actores territoriais. Consideradas como um “meio frio” de interacção (a par dos referendos ou dos inquéritos por questionário ou telefone), as TIC têm sido relegadas para segundo plano em muitos dos processos participativos, sendo as suas propostas submetidas a um controlo posterior por parte das assembleias presenciais.² Isto deu-se também nos casos em que o uso das TIC foi avaliado explicitamente (Borghì, 2005) como factor de inclusão social de pessoas ou grupos (*commuters*, famílias que vivem longe do centro onde as assembleias ocorrem, doentes ou pessoas com mobilidade reduzida), cujos horários ou ritmos não correspondem aos das reuniões públicas presenciais, como no caso de Parma ou de Modena, em Itália. Nesta última cidade, um projecto-piloto integrado no sistema municipal de informação electrónica, o *Unox1*, proporcionou em 2006 o acompanhamento *on-line* de algumas assembleias, havendo mesmo lugar para algumas interrupções temporais, de forma a permitir intervenções e sugestões a submeter posteriormente ao debate presencial em curso na sede principal do OP.

A avaliação dos novos espaços a construir com os ciclos de debate proporcionados pela existência de um OP tem sido, nesta leitura, muito mais importante do que a reflexão sobre o tempo desta interacção, embora isso tenha obrigado a estender a participação a todo o ano (de Janeiro a Dezembro), ou tenha sacrificado o aprofundamento das avaliações técnicas sobre a viabilidade das propostas apresentadas pelos habitantes em todos os casos em que o ciclo do OP ficou limitado à segunda metade do ano. Assim, as TIC quase nunca foram valorizadas na própria componente instantânea (capaz de modificar o peso do factor “tempo” no processo), mas submetidas aos prazos do debate presencial que se desenvolve nas assembleias, nos ateliers, ou nos grupos de trabalho locais e temáticos que caracterizam a maioria das arquitecturas organizacionais do OP.

² Em inúmeros exemplos, as sugestões dadas pelos habitantes por meio informático (e-mail ou páginas *web* com ficheiros interactivos) são submetidas à avaliação das assembleias públicas, como no caso de Veneza Lido, Pieve Emanuele ou Grottamare, em Itália.

Só em raros casos foi dada maior atenção à valorização das potencialidades das TIC, como em Jun, município com quase 24 000 habitantes, na província espanhola de Granada, onde desde 2001 todas as famílias foram apoiadas na utilização dos meios informáticos e na compra de computadores familiares ou no uso de espaços públicos com acesso à internet. Esta pré-condição tem tornado possível a votação da Peça Orçamentária Anual no plenário da Assembleia Municipal quase em simultâneo com a votação *via web* por parte dos cidadãos.³ Neste caso, o interstício temporal entre as duas votações tem motivações políticas, pois visa garantir aos eleitos o voto final sobre os documentos públicos (embora já votados numa base consultiva pelos habitantes), o que representa o reconhecimento da proeminência da democracia representativa.

Projectos-piloto como este vão no sentido de ligar as componentes presenciais dos processos de OP e o uso das TIC através de uma sintaxe baseada nas “orações coordenadas”; mas estes parecem ser dificilmente reproduzíveis em maior escala, por razões práticas e económicas. É porém verdade, – embora ainda não existam análises comparativas sobre o uso das TIC nos OPs – que existe a forte impressão de que a maioria das experiências não teve como objectivo construir espaços virtuais nos quais fosse atribuída às TIC a função de conversação entre actores, baseada no reconhecimento da sua capacidade de estimular a dimensão mental de intercâmbio e compreensão partilhada.

3. A importância das TIC em algumas experiências ‘evolutivas’ de OP

Um caso particularmente interessante da relação entre TIC e OP – que se situa um pouco fora do panorama geral – é o de Belo Horizonte, no Brasil. Iniciado em 1993, o OP da capital mineira ao longo dos anos tem vindo a acolher várias inovações no “desenho institucional” do processo, que permitem evidenciar mudanças significativas de carácter “adaptativo”, especialmente no que diz respeito à introdução de TIC na contínua reformatação do projecto político. Desde o seu desenho original o OP de Belo Horizonte combinou a participação directa dos cidadãos com a de representantes de associações nos processos deliberativos. Durante muitos anos, a internet foi usada essencialmente como meio de informação para as camadas sociais de nível económico médio-alto, com a consciência de que para os outros habitantes era necessário investir em outras formas de comunicação directa, como folhetos, caricaturas e banda desenhada, carros de som, cartazes, anúncios nas rádios comunitárias e outros. O conteúdo da informação veiculada

³ Cf. portal do Ayuntamiento de Jun (<http://www.ayuntamientojun.org>).

pela internet raramente teve um peso próprio, independente da existência de um ciclo de encontros presenciais onde se proporciona a comunicação por via oral. Em 2006, porém, deu-se uma mudança maior ao associar-se ao processo de deliberação pública sobre o Orçamento da cidade o chamado “OP Digital”, que oferece a possibilidade de escolher alguns investimentos através da internet. Esses investimentos, no valor de 20 milhões de reais, visavam atender macro-áreas da cidade, entendida como um todo, assim parcialmente retirando o carácter regionalizado⁴ das escolhas. Esse recurso foi complementar (e não concorrente) aos fundos destinados ao OP Regional (cerca de 80 milhões de reais). Para implementar o processo, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instalou na cidade cerca de 178 postos de votação, um deles num autocarro que acedia a locais de circulação intensa de pessoas (especialmente nas áreas mais pobres da cidade, onde o *digital divide* é potencialmente mais elevado), tendo sido dada formação para apoio às pessoas que lá fossem votar. Aí, para além de votar, as pessoas poderiam aceder a múltiplas informações sobre o OP, fazer visitas virtuais aos locais das obras, participar em fóruns de discussão e enviar mensagens electrónicas para a equipa de coordenação do OP.

A abertura de um espaço como o OP digital levou, naturalmente, à definição clara das regras de participação, tendo esta sido aberta a todos os eleitores da cidade. A Câmara pré-seleccionou 36 obras para votação (4 para cada região da cidade), que foram referendadas pelos delegados regionais do OP presencial. Os eleitores tiveram a possibilidade de escolher uma para cada região (num total de 9). Na primeira edição do OP digital, que durou 42 dias, participaram 172 266 eleitores, tendo-se contabilizado um total de 503 266 votos. Neste mesmo ano, no OP presencial participaram cerca de 38 302 pessoas. Estes dois tipos de participação – em assembleias, no OP presencial e através da internet, no OP Digital – são contabilizados autonomamente, funcionando como processos complementares.

A segunda edição do OP Digital ocorreu em 2008, tendo sido introduzidas algumas alterações no seu desenho. Uma primeira mudança foi a redução do número de investimentos para cinco, não tão focados nas regiões, mas concentrados nos pontos de estrangulamento das vias de comunicação, com um número bem maior de beneficiários. Para a obra escolhida foi destinado

⁴ Nos processos de OP no Brasil chama-se normalmente “regiões” aos distritos urbanos em que o território fica dividido, para facilitar os debates públicos perto dos espaços de vida dos cidadãos. Os estudos comparativos sobre OP sublinham a existência de três modelos principais de OP: o “regionalizado” (de base territorial), o “temático” (com base na discussão de despesas de alguns sectores temáticos de actuação da autarquia interessada) e o “actorial” (focado no envolvimento de alguns actores específicos, como mulheres, imigrantes, jovens ou alunos de escolas).

um volume de recursos bem maior do que na primeira edição (cerca de 40 milhões), enquanto os investimentos no OP presencial permaneceram em cerca de 80 milhões. Foram aumentados para 275 os postos de votação e mantido o autocarro em circulação por diversas áreas da cidade. De entre as inovações dessa edição, está a criação de duas novas ferramentas de interacção na página do OP Digital: cinco fóruns de postagem rápida (um para cada investimento em disputa) e a criação de quatro *chats*, com temas pré-definidos pela Câmara Municipal, nos quais participaram cidadãos e membros da equipa de governo. Além disso, foi disponibilizada uma linha telefónica de acesso gratuito para que fossem realizadas votações por esse meio, de forma a alcançar a população sem internet. O período de votação foi menor (26 dias) e participaram menos pessoas (124 320), sendo que 90,76% votaram pela Internet e 9,24% por telefone.

Vale a pena relatar como em Lisboa (a primeira capital europeia que previu um processo de OP aplicado a todo o território do concelho, e não apenas em algumas freguesias) o OP Digital foi adoptado em 2008, tendo sido considerado a única forma viável de desencadear a experimentação numa capital em que, adicionalmente, existe uma ampla população flutuante no espaço metropolitano. Desde o início, portanto, o OP de Lisboa procurou envolver não apenas os residentes, mas todos aqueles que estudam ou trabalham na capital portuguesa.

Se no primeiro ano de experimentação – nos dois turnos de articulação do ciclo – se registaram na página electrónica da Câmara de Lisboa 1 732 pessoas (dos quais 247 apresentaram propostas), no segundo ano foram 6 958 os inscritos, enquanto as propostas apresentadas foram 533, das quais 293 foram transformadas em projectos pelos técnicos (depois de um intercâmbio de quase 400 e-mails com os funcionários encarregados) antes da fase de votação electrónica (CML, 2009 e 2010). De 2008 para 2009, os votantes passaram de 1 101 a 4 719, e os votos atingiram o número de 11 570 em 2010. Os perfis dos cidadãos empenhados na discussão e votação electrónica (que em Lisboa garante um montante anual fixo de 5 milhões de Euros) mantiveram-se parecidos ao longo dos anos de 2008 e 2009 –, sendo primariamente residentes da capital (68%), na casa dos 26-45 anos, com uma leve prevalência do sexo feminino (53%) e grau médio ou elevado de escolaridade. Tornou-se importante o facto de a Câmara ter organizado um inquérito de avaliação do OP ao qual responderam 2 121 pessoas (cerca do 30% dos participantes), porque foi também em consequência dos resultados alcançados que foram introduzidas algumas novidades na edição de 2011 do OP da capital portuguesa, sendo a mais importante o abandono do modelo de OP centrado na proposta e na discussão apenas por via

electrónica.⁵ De facto, a partir de Junho de 2010 foi recuperada a tradição inaugurada em 2007 das “reuniões descentralizadas” em várias partes da cidade e foram acrescentadas várias assembleias específicas para permitir aos cidadãos lançar presencialmente propostas a serem depois publicadas na página electrónica da Câmara (através um georreferenciamento que a coloca nos espaços da cidade onde foram imaginadas) e depois hierarquizadas através de voto electrónico. Para permitir um maior envolvimento dos cidadãos sem ligação à internet ou com poucos conhecimentos de informática, em 2010 foi também providenciado um “autocarro especial do OP” equipado com computadores ligados à internet e onde funcionários da Câmara providenciavam apoio aos munícipes. Foram organizadas reuniões com actores específicos, como idosos e estudantes de escolas da cidade.

O prémio ESPA 2009 concedido ao OP da cidade alemã de Colónia, assim como o reconhecimento internacional atribuído ao OP da cidade andaluza de Málaga (administrada pelo Partido Popular espanhol) demonstram hoje que – especialmente nas cidades de maior dimensão – o uso de TIC em processos de OP pode ir além da mera disponibilização de informação ou da monitorização dos processos (Allegretti, 2007). Isso não quer dizer que o processo não possa conduzir à construção de novas exclusões, uma vez que, presumivelmente, a imagem das TIC, com uma forte componente tecnológica e com elementos potenciais de elitismo em termos de acesso, determina uma “sintaxe de uso” das mesmas, centrada na sua “subordinação” às partes presenciais dos ciclos de OP.

O que vale a pena realçar é que esta imagem poderá representar a projecção do medo de gerações ainda não totalmente à vontade com a tecnologia, afectando assim de forma negativa o diálogo com outros grupos (como os jovens), para quem a linguagem das novas tecnologias representa um elemento amistoso e até estimulador de aproximação ao debate público. Não é por acaso que a maioria dos municípios da Suécia que trabalha o Orçamento Participativo com jovens (nomeadamente Örebro e Uddevalla) fomenta o uso da internet como forma de aumentar o número de pessoas na fase de votação e que outros (como aconteceu em Haninge ou Avesta), embora mais preocupados em propiciar um encontro físico entre os cidadãos, tenham construído *geo-blogs* com o objectivo de valorizar os potenciais multiplicadores do debate na rede e a transparência, clareza, acessibilidade

⁵ Conforme referido na subsecção “Visão colectiva” do Relatório de Avaliação de 2010, disponibilizado na página electrónica da CML, “Os cidadãos dizem que a opção exclusiva pela apresentação de propostas via internet corta a possibilidade de consolidar uma determinada proposta pelo debate porque torna o acto muito individualizado” (http://www.cm-lisboa.pt/op/archive/doc/RelatoriodeAvaliacao_Sintese_OP2009_2010.pdf).

e atractividade das propostas apresentadas, discutidas e votadas pelos habitantes. Em 2009 a Associação de Municípios e Regiões da Suécia (SKL) construiu mesmo um “simulador orçamental”⁶ para estimular novos e mais ricos debates sobre a organização dos investimentos municipais, quer dentro das assembleias municipais, quer na sociedade em geral, aproveitando as fortes potencialidades do apoio oferecido pela internet.

Por último, vale a pena referir o caso de Vignola, em Itália, onde a implementação de novas tecnologias no processo de OP foi feita em moldes diferentes, não privilegiando a articulação entre as componentes presenciais e a votação através da internet. Neste caso, foi atribuído o mesmo peso aos votos presenciais e aos votos *on-line*, o que fez com que o projecto vencedor tivesse sido aprovado com 60% de votos electrónicos (referindo-se a um complexo desportivo, ou seja, a algo que desperta o interesse dos jovens). Este resultado traduziu-se num desincentivo à participação em assembleias presenciais (especialmente para quem viu menosprezado o seu envolvimento activo nas assembleias presenciais), a ponto de 2005 ter representado o primeiro mas também o último ano da vida do OP da cidade emiliana.

4. Olhando a partir do “outro lado” do rio...

Os exemplos acima referidos mostram que, se não é fácil colocar univocamente os OPs (enquanto instrumentos de inovação política) no âmbito dos seis modelos de democracia sumariadas por Held (2006), é ainda mais difícil interpretar as alterações na categorização dos OPs que a presença das TIC pode trazer. Isto sobretudo porque a integração das TIC nos OPs – que nos anos 90 ocorreu de forma mais homogénea em termos de uma “subordinação gramatical” a uma arquitectura feita principalmente de espaços de discussão presenciais – hoje reflecte lógicas distintas que, como revelam os casos de Belo Horizonte e Lisboa, prevêm uma maior complexidade e até paradigmas de “contemporaneidade paralela” ou de “primogenitura instrumental” dos processos centrados no uso do meio electrónico, para permitir a criação de novas experiências de Orçamento Participativo numa fase de poucas energias e pouca convicção política.

Os últimos exemplos utilizados poderiam ajudar-nos a explorar um tema complementar ao que escolhemos como centro do presente texto, que discute a questão do uso das TIC no âmbito dos Orçamentos Participativos e a sua capacidade de promover formas de cidadania e democracia mais participativas, dependendo do modo como a utilização desses instrumentos é enquadrada pelas entidades e instituições oficiais que se abrem aos

⁶ Ver a sessão “IT-tools” da página da SKL: <http://www.skl.se/medborgardialog>.

processos participativos, integrando-as nos próprios processos de participação e deliberação. Este tema complementar – que abriria todo um novo campo de reflexões – diz respeito à exploração das potencialidades ou dos problemas que a utilização das TIC suscita na óptica dos utilizadores, ou seja dos cidadãos. Embora tais reflexões não sejam neste momento centrais na perspectiva deste texto, vale a pena referir alguns temas emergentes dos exemplos acima escolhidos.

Belo Horizonte tem-se gradualmente aberto ao uso das TIC, complementando anos de experimentação de um OP predominantemente presencial; e, embora não tenha havido grandes problemas, o “OP Digital” sofreu fortes críticas por parte dos movimentos populares empenhados no Orçamento Participativo regional, que o encaram como um concorrente mais rico e manipulável por grupos sociais “hegemónicos” (Sampaio, 2010). Por sua vez, o caso de Vignola reforça a ideia da existência de uma competição entre espaços diferentes de participação e revela os riscos de não se enfrentar e estabelecer a interconexão entre o “momento deliberativo” (na acepção anglo-saxónica de discussão e intercâmbio de opiniões e argumentações racionais) e o momento de decisão, ou seja, a votação das prioridades a financiar com os recursos públicos.

Todos os exemplos conhecidos de OP que utilizaram TIC na fase de proposta e discussão das reivindicações dos cidadãos nos mostram a dificuldade de suscitar debates utilizando “meios frios”, incluindo os casos que (como Roma XI ou Lisboa) utilizaram o georreferenciamento das reivindicações populares para facilitar a criação de *chats*, debatendo os projectos propostos e as suas possíveis variações. A imagem que estes espaços virtuais oferecem ao navegador é a de que constituem apenas um somatório acrítico de posições individuais, marcadas por fortes convicções e com pouca margem de flexibilidade para a negociação. Ao mesmo tempo (conforme parece emergir do Relatório do ciclo lisboeta do OP de 2010 – ver CML, 2011) o espaço virtual é percebido como um lugar de dupla moderação, o que reduz a criação de confiança mútua entre cidadão e administração, dado que o espaço visível para as propostas e os debates comporta uma ilusória neutralidade, enquanto por detrás se percebe a mão de actores que fazem não apenas a síntese, mas também alguma selecção dos conteúdos enviados pelos internautas.

O que aconteceu em Lisboa em Novembro de 2009 pode bem explicar os riscos desta percepção. De facto, após a abertura da votação sobre as prioridades do OP a incluir no orçamento de 2010, alguns cidadãos protestaram fortemente por não terem encontrado as suas propostas na lista dos projectos postos a votação após a avaliação da viabilidade técnico-legal

e financeira por parte da equipa técnica da Câmara. Os protestos poderiam ter levado a uma repentina quebra de confiança em relação a todo o processo do OP, na medida que o espaço virtual aparecia manobrado por actores desconhecidos que operavam nos bastidores, podendo mudar a pauta da votação em função de uma “agenda oculta” que não parecia permitir um comportamento equilibrado e justo frente às diferentes propostas. Felizmente o Presidente da Câmara soube aproveitar este momento de crise, evitando que actos de pura ingenuidade da equipa de *back-office* do processo (como eliminar propostas pouco claras ou julgadas totalmente inviáveis) pudessem ser interpretados como manifestações de má-fé, assim ameaçando a legitimidade do OP. No final, a votação das prioridades em curso foi anulada, e o prazo de votação foi reaberto só depois de terem sido reinseridas as propostas objecto de protesto, esclarecidas através de um diálogo com os proponentes.

O bom aproveitamento político deste momento de crise transmitiu sem dúvida a ideia de uma forte aposta da Câmara no OP, como o demonstra o aumento de votos totais recolhidos na segunda votação. A capacidade de aprender com os erros foi também visível pelo facto de ter sido introduzida no regulamento do OP uma emenda que prevê um novo “espaço para criação de confiança”. Com o objectivo de limpar a imagem da página electrónica como lugar de possível manipulação, abriu-se um período obrigatório (com início no Outono de 2010) para a Câmara receber críticas e sugestões por parte dos habitantes, após a avaliação da viabilidade das propostas apresentadas e antes da sua votação electrónica.

Vale a pena reforçar que, embora ainda não existam estudos específicos sobre este tema, a natureza essencialmente “electrónica” do OP dos anos de 2008 e 2009 não actuou como obstáculo à criação de uma forte dinâmica organizacional na sociedade lisboeta, e que a “competição” entre as propostas/projectos em votação foi dinamizada pela mobilização de grupos sociais, movimentos de base e algumas das freguesias da cidade (como a de Carnide, que já tinha experimentado um OP no âmbito das suas competências desde 2005). A abertura de assembleias presenciais no OP de Lisboa para discutir os investimentos de 2011 reforçou este dinamismo social, servindo também para tornar conhecida toda a equipa de técnicos (além dos responsáveis políticos) que tomam anualmente conta da organização nas várias fases do processo, estabelecendo assim um contacto mais directo e “visual” entre eles e os participantes.

Como prova indicativa do papel central que as assembleias recém-criadas tiveram na difusão e no amplo crescimento da confiança no OP de Lisboa, e sobretudo no reforço da sua vertente deliberativa (muito fraca no *site* dos

anos anteriores), pode ser referido o facto de que – embora os participantes das assembleias rondassem os 400, ou seja um número muito reduzido face aos 12 681 inscritos na página electrónica – 5 em 7 das propostas aprovadas foram apresentadas nos espaços presenciais.⁷ Nestes últimos (diferentemente do que acontece na página electrónica do OP de Lisboa) apenas se aceitam propostas com pelo menos 50% de votos favoráveis por parte de cada mesa de trabalho. Este método traz maior convergência sobre algumas propostas (além de debate e aperfeiçoamento das mesmas através da deliberação dos presentes) do que através do *site*, onde as propostas surgem sobretudo a título individual. É também interessante o facto de as propostas dos cidadãos com origem no inquérito electrónico proposto pela Câmara sugerirem que, no futuro, possam ser consultadas no *site* as obras decididas colectivamente no OP e os respectivos prazos de realização (previstos no regulamento dentro de um período máximo de 18 meses).

Sem dúvida, o método utilizado por Lisboa, que faz com que o processo de OP deixe de estar totalmente centrado nas TIC e passe para uma arquitectura mista, apostando nos espaços de diálogo presencial como real motor do processo (e sobretudo da sua componente deliberativa), pode dizer-nos bastante acerca do longo caminho que tem que ser percorrido para que, na óptica dos utilizadores-cidadãos, as plataformas electrónicas sejam consideradas um mediador credível e fiável nos processos de OP.

Neste sentido, é importante que no futuro se reflecta seriamente sobre questões como: que tipo de experiência da democracia e de concepção de cidadania suscita entre os cidadãos a mediação levada a cabo pelas TIC nos OPs? Como se articulam – nos processos que pretendem mediar a participação através das TIC – as competências políticas necessárias aos cidadãos para entrar no jogo participativo e deliberativo e as competências técnicas necessárias para manipular as TIC? E ainda: será que, na percepção dos cidadãos, o conteúdo extremamente técnico do objecto central dos OPs poderá ser considerado um inibidor do uso preponderante de outros instrumentos técnicos (como as TIC, por exemplo)? E quais os cuidados a tomar no futuro para conseguir a construção gradual de um equilíbrio entre o desenvolvimento dos OPs e o incremento da utilização das TIC?

⁷ Embora o Relatório do OP com a análise das propostas para 2011 seja ainda provisório, estes dados numéricos foram divulgados publicamente pela Vereadora Graça Fonseca na sessão plenária do OP de 5 de Novembro de 2010. Da tabela apresentada num Seminário em Aveiro no dia 12.11.2010 resulta que, nesse ano, no OP de Lisboa, foram apresentadas 927 propostas por parte de 767 proponentes (das quais 492 nas assembleias) e 291 foram transformadas em projectos para votação posterior.

5. Uma conclusão aberta

Procurámos aqui reflectir sobre relações inovadoras entre democracia representativa e democracia participativa num cenário onde, a essas relações complexas, se juntam os desafios colocados pela introdução de novas tecnologias tendo em vista o alargamento dos espaços formais de intervenção política.

Como se pode verificar neste breve texto, o recurso às novas tecnologias em processos participativos e de decisão política assume configurações muito diferenciadas, podendo tratar-se de uma inclusão limitada – servindo como instrumentos de informação ou, quando muito, de apoio à fiscalização ou ao debate – ou, em certos casos, de um uso mais avançado das potencialidades daí decorrentes, servindo de apoio aos próprios processos de decisão política. Os casos apresentados ao longo do texto representam estas diferentes configurações, tendo-se salientado exemplos claros de utilização “subordinada” e “coordenada” das TIC em processos democráticos. O primeiro tipo de uso resulta da aplicação de processos híbridos ou complementares, que combinam formas de interacção face a face com instrumentos tecnológicos diferenciados. Uma compreensão ampliada de democracia electrónica possibilita a concepção de que não são só os governos que podem ser seus agentes, mas também os indivíduos e as organizações da sociedade. Se, por um lado, os governos podem utilizar as TIC como meio de aumentar a participação e legitimar decisões, a sociedade pode utilizá-las como meio de acesso a informações relevantes para a sua organização política e para a mobilização em torno de questões que considera relevantes. Por outro lado, o uso das tecnologias pelos governos pode fortalecer a tecnocracia especializada nos sistemas de informação (ou *infocracia*), que pode ganhar peso e independência em relação ao próprio governo (Hacker e Djik, 2000).

Como mostra Jasanoff (2003), na literatura política a afirmação de que a qualidade das soluções orientadas para resolver problemas depende da adequação do seu desenho inicial tornou-se quase uma verdade incontestável. Nesta leitura, se um problema é enquadrado de forma muito estreita, de forma muito vaga ou simplesmente de forma errada, a solução encontrada irá revelar os mesmos problemas (*idem*). O que os exemplos apresentados nos mostram é que tão importante como o desenho do problema é o processo em si. Se estivermos perante processos interactivos, quem neles participa acaba por ter capacidade para redefinir o *desenho* e adaptá-lo às necessidades ao longo do próprio processo. O caso das transformações acontecidas no OP de Lisboa entre 2009 e 2010 é muito claro neste sentido.

Enquanto tecnologias de participação, os OPs têm condições para configurar processos que, ao invés de reproduzirem as separações presentes em vários modelos democráticos – entre representantes e representados e entre

especialistas e leigos –, contribuem para a promoção da cidadania cognitiva.⁸ Essa capacidade passa pelo envolvimento de cidadãos, atribuindo-lhes capacidade de decisão em processos que envolvem dimensões técnicas e que actuam na esfera de intervenção estatal, numa área tradicionalmente configurada como domínio de regulação do Estado. Contudo, nem o reforço da democracia, nem a contribuição para a capacitação dos cidadãos se conseguem à custa da introdução de TIC. Em processos como os que apresentámos – que combinam tecnologias sociais com tecnologias materiais – o potencial de envolvimento e capacitação dos cidadãos parece ser mais facilmente conseguido nos OPs presenciais, onde os participantes têm de dominar o processo e as suas regras de funcionamento para poderem participar. Em casos em que é dada primazia à utilização de TIC a participação pode ficar reduzida à utilização de uma dada tecnologia (útil para somar opções e preferências individuais), uma vez que os participantes não têm de conhecer o modo como funcionam as tecnologias introduzidas (telefone, internet, etc.) para poder utilizá-las.⁹ Em suma, não basta ampliar democraticamente o processo em termos de participação, é também necessário democratizá-lo em termos de conhecimento.

Uma das condições para garantir uma participação ampliada dos cidadãos é a provisão de meios de acesso amplos e variados, inclusive quanto à compreensão e utilização destes meios. Uma segunda condição prende-se com a disponibilização de informações necessárias não só para assegurar a qualidade da participação nos processos deliberativos, mas também para assegurar a sua transparência. Uma terceira condição relaciona-se com a diversidade dos meios e dos processos que viabilizam a participação, incluindo os diferentes modos de aquisição de informação, de expressão e de deliberação, especialmente por parte daqueles que serão afectados pelas decisões. Uma quarta condição relaciona-se com o comprometimento dos governos na execução das decisões tomadas em processos desta natureza.

Neste último âmbito, o apoio das TIC pode tornar-se sem dúvida muito relevante em termos de transparência e reconstrução da confiança nas instituições, conforme demonstrado nos OPs de Porto Alegre, Sevilha, Málaga ou Sesimbra (que tem construído aplicações *web* para a monitorização da realização das obras aprovadas no OP). Uma vez mais, porém, o caso de

⁸ Em países como a Coreia do Sul, este aspecto torna-se central na construção dos OPs, sempre acompanhados por “Escolas de OP” que visam formar as pessoas participantes em paralelo ao desenvolvimento dos processos (ver Sintomer, Herzberg e Allegretti 2010).

⁹ Situação que Latour (1999) caracterizou como sendo resultado do processo de ‘black boxing’, ou seja, quando as tecnologias funcionam de forma eficiente o trabalho científico e tecnológico é invisível. Paradoxalmente, à medida que as tecnologias vão entrando no nosso dia-a-dia, mais opacas e obscuras se vão tornando.

Belo Horizonte (que tem criado os Comforças, comités de habitantes que acompanham as fases de implementação das obras decididas no Orçamento Participativo), faz-nos reflectir sobre o imprescindível valor agregado do investimento na presencialidade, dado que o diálogo interno das comissões de acompanhamento do OP se pode transformar em algo que vai para além da simples transparência, contribuindo para criar capacidades de controlo crítico e novos espaços de compreensão colectiva da complexidade.

Referências bibliográficas

- Abers, Rebecca (2000), *Inventing Local Democracy*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Addison, Tony; Heshmati, Almas (2003), *The New Global Determinants of FDI Flows to Developing Countries: The Importance of ICT and Democratization*. Helsinki: UNU/WIDER.
- Allegretti, Giovanni (2003), *Autoprogettualità come paradigma urbano*. Firenze: Alinea.
- Allegretti, Giovanni; Secchi, Michelangelo (2007), “Les Budgets Participatives (BP) en Italie: une géographie en changement continu”, *Territoires*, 482, Setembro. Paris.
- Allegretti, Giovanni (2007), “Knowledge City and Citizens Knowledge: Which Help from IT to Participatory Process? Examples from Some Participatory Budgeting Experiences”, comunicação apresentada no colóquio “Knowledge Cities. Future of Cities in the Knowledge Economy”, Shah Alam, Malaysia, 16-19 Julho 2007.
- Allegretti, Giovanni (2009), *Giustizia sociale, inclusività e altre sfide aperte per il futuro dei processi partecipativi europei*, in Umberto Allegretti (org.), *Democrazia Partecipativa. Esperienze e prospettive in Italia e in Europa*. Firenze: Firenze University Press.
- Allegretti, Giovanni; Herzberg, Carsten (2004), *El 'retorno de las carabelas'. Los presupuestos participativos de América Latina en el contexto europeo*. Ámsterdam/Madrid: TNI Working Paper/FMI.
- Arnstein, Sherry (1969), “A Ladder of Citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, 35, 216-224.
- Bannister, Frank; Walsh, Neasa (2002), “E-Democracy: Small is Beautiful?” <http://www.tcd.ie/StatICTs/seminars/semcontent/towards2002/frankbannister2.doc> (consultado em 04.12.2010).
- Bobbio, Luigi (2006), “Dilemmi della democrazia partecipativa”, *Democrazia e Diritto*, 4, 11-26.
- Borghi, Vando (2005), *La sperimentazione del Bilancio Partecipativo nel Comune di Modena. Report di monitoraggio: l'avvio della sperimentazione e la fase di ascolto strutturato*, <http://www.comune.modena.it/bilanciopartecipativo/documenti-gen2005.shtml> (consultado em 04.12.2010).
- Cabannes, Yves (2004), “72 Frequently Asked Questions about Participatory Budgeting”, UN/Habitat, <http://www.internationalbudget.org/themes/PB/72QuestionsaboutPB>.

- pdf (consultado em 04.12.2010), (versão italiana: <http://www.regione.lazio.it/web/bilancio/economia>).
- Callon, Michel; Lascoumes, Pierre; Barthe, Yannick (2001), *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil.
- CML – Câmara Municipal de Lisboa (2009), *Orçamento Participativo 2009. Relatórios finais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Março 2010.
- CML – Câmara Municipal de Lisboa (2010), *Orçamento Participativo 2010. Relatório de Avaliação*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Março 2010.
- CML – Câmara Municipal de Lisboa (2011), *Orçamento Participativo 2011. Relatório de Avaliação*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Janeiro 2011.
- Chavez, Daniel (2007), comunicação apresentada no seminário “Jornadas Internacionais sobre Presupuestos Participativos”. Málaga, Espanha, 28/31 Março.
- Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto J.; Panfichi, Aldo (2006), “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”, in Evelina Dagnino, Alberto J. Olvera e Aldo Panfichi (orgs.), *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra. Campinas: Unicamp.
- Deiber, Ronald J. (2003), “E-Democracy: Current Trends and Future Prospects”, <http://www.law-lib.utoronto.ca/investing/reports/rp19.pdf> (consultado em 04.12.2010).
- Graft, Paul; Svensson, Jörgen (2006), “Explaining E-Democracy Development: A Quantitative Empirical Study”, *Information Polity*, 11, 123-134.
- Hacker, Ken; Djik, Jan (2000), *Digital Democracy, Issues of Theory and Practice*. London: Sage Publications.
- Held, David (2006), *Models of Democracy*, 3.ª edição. Palo Alto, CA: Stanford University Press/Polity Press.
- Horrocks, Ivan; Prachett, Lawrence (s.d.), “Electronic Democracy: Central Themes and Issues”, *Club of Amsterdam*, <http://www.clubofamsterdam.com/content.asp?contentid=228> (consultado em 04.12.2010).
- Jasanoff, Sheila (2003), “Technologies of Humility: Citizen Participation in Governing Science”, *Minerva*, 41(3), 223-44.
- Latour, Bruno (1999), *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Harvard: Harvard University Press.
- Nunes, João Arriscado (2006), “Da democracia técnica à cidadania cognitiva: a experimentação democrática nas “sociedades do conhecimento”, working paper. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Ravazzi, Stefania (2007), *Civiczrazia. Quando i cittadini decidono*. Roma: Aracne.
- Ring, Nicole; Walden, Brian (2003), “White Paper on E-Democracy in Potsdam”, <http://brianwalden.com/writing/final.doc> (consultado em 04.12.2010).
- Sampaio, Rafael (2010), *Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. Belo Horizonte: UFMG.

- Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002), “Introdução: para ampliar o cânone democrático”, in B. de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schmidt, David (2000), “A ‘desidiotização’ da cidadania. A dimensão pedagógica do Orçamento Participativo”. Comunicação apresentada no Seminário *O OP visto pelos seus pesquisadores*. Porto Alegre: PMPA.
- Sintomer, Yves; Allegretti, Giovanni (2009), *I bilanci partecipativi in Europa. Nuove sperimentazioni democratiche nel vecchio continente*. Roma: Ediesse.
- Sintomer, Yves; Herzberg, Carsten; Allegretti, Giovanni (2010), *World Report on Participatory Budgeting*. Bonn: InWent (versões em alemão e inglês).
- Sintomer, Yves; Herzberg, Carsten; Röcke, Anja (2005), *Participatory Budgets in an European Comparative Approach. Perspectives and Chances of the Cooperative State at the Municipal Level in Germany and Europe - volume II (Final Report - documents)*. Berlin: Centre Marc Bloch.